



## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE COGESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE, REALIZADA AOS 29 DE OUTUBRO DE 2024:**

Ao vigésimo nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, nas instalações da Start Esposende, realizou-se a 34.ª reunião ordinária da Comissão de Cogestão do Parque Natural do Litoral Norte (PNLN), sob a presidência do Dr. Sérgio Mano, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Esposende (CME), estando presentes os seguintes membros, com direito a voto:

- Carlos Rio  
(Representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas)
- Graça Fonseca, Dr.<sup>a</sup>  
(Chefe de Divisão da Integração de Políticas Territoriais, CCDR-Norte, I.P.)
- Jorge Dias, Eng.<sup>o</sup>  
(Diretor do Departamento Regional de Conservação da Natureza e Biodiversidade do Norte, ICNF, I.P.)
- Paulo Marques, Dr.  
(Representante da Empresa Municipal Esposende Ambiente)

Outras personalidades, instituições ou serviços, sem direito a voto:

- Anabela Almeida, Eng.<sup>a</sup>  
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pela Empresa Municipal Esposende Ambiente)
- Artur Viana, Dr.  
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pelo ICNF, I.P.)
- Carlos Ferreira, Eng.<sup>o</sup>  
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pela Câmara Municipal de Esposende)
- Pedro Capitão, Eng.<sup>o</sup>  
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pela Empresa Municipal Esposende Ambiente)
- Raquel Leite, Eng.<sup>a</sup>  
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pela Câmara Municipal de Esposende)
- Sofia Duarte, Doutora  
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pela Universidade do Minho)
- Vasco Ferreira, Dr.  
(Técnico da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão)

A reunião foi secretariada por Vasco Ferreira, técnico da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNLN ao abrigo do protocolo de colaboração técnica e financeira entre o Fundo Ambiental, CM Esposende e ICNF, I.P.

Havendo quórum [estando presentes fisicamente na reunião ou a participar através de meios telemáticos, pelo menos, um terço dos seus membros, com direito a voto], a sessão teve início às catorze horas e trinta minutos, com a declaração de abertura da reunião por

parte de Sérgio Mano, que apresentou a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **[Acompanhamento do modelo de cogestão da AP]:**

- [deliberação] Aprovação da Ata da reunião ordinária de dia 24 de setembro de 2024 (XXXIII reunião);
- Integração da APA e APPCE na Comissão de Cogestão (designação de representantes, informação para atualização do portal);
- Continuidade do apoio técnico e financeiro à CC PNLN;
- Plano Anual de Atividades e Orçamento de 2025.

2. **[Sensibilização/comunicação sobre o capital natural existente na área protegida]:**

- [informação] Repositório de publicações (estado da adjudicação);
- [informação] *Workshop* “Estratégia Transnacional de Luta Contra Cortaderia” 22 de outubro | Centro de Educação Ambiental de Esposende (conclusões e resultados).

3. **[Execução do plano de cogestão da área protegida e passos para a sua revisão]:**

- Projeto “REDE DE INFRAESTRUTURAS DE VISITAÇÃO DA NATUREZA NO PNLN – APÚLIA” (recolha de pareceres, contratação e divulgação);
- Reposição pilaretes / estacionamento indevido no pinhal de Ofir (ponto de situação, desenvolvimentos, custos estimados);
- Passadiço do estuário do Cávado (possibilidades de beneficiação);
- [informação] Apresentação/ ponto de situação de projetos a decorrer e possibilidade de eventuais candidaturas/ações (24 de setembro – 29 de outubro);
- Aviso MAR2030-2024-58 - Apoio à transferência de conhecimentos entre cientistas e pescadores; Projeto de cogestão do ouriço-do-mar?
- Aviso MAR2030-2024-72 - Apoio à Proteção e Restauração da Biodiversidade e dos Ecossistemas Marinhos;

4. **[Publicitação e divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida]**

- [deliberação] Definição de comunicações (*websites*, redes sociais) a efetuar no período 29 de outubro – 26 de novembro.

## 5. [Outros assuntos]

- Vedações de terrenos com persianas (medidas e entidades que poderão atuar nesta matéria);
- [informação] Dia Nacional do Mar – Pedido da EPE;
- [informação] Anúncio de procedimento n.º 22714/2024 - Diário da República n.º 209/2024, Série II de 2024-10-28  
Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.  
Aquisição de serviços para "Caraterização de manchas de empréstimo na plataforma continental Norte para alimentação artificial de praias".
- [informação] Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho, para o período de 2024 a 2028
- [informação] Agendamento da 35.ª reunião.

Sérgio Mano apresentou-se aos membros da Comissão, deu as boas-vindas a todos os presentes e expressou o seu reconhecimento e louvor ao trabalho anteriormente desenvolvido por Alexandra Roeger enquanto representante do Município de Esposende na Comissão de Cogestão do PNLN.

Iniciando a reunião, sobre o tema **[Acompanhamento do modelo de cogestão da AP]** procedeu-se à apreciação da Ata da reunião de dia 24 de setembro de 2024:

**A COMISSÃO DE COGESTÃO DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA XXXIII REUNIÃO.**

Discutindo a integração da APA e APPCE na Comissão de Cogestão [que no caso da APA depende de pareceres prévios favoráveis do conselho estratégico e do ICNF, I. P., sob proposta do município], Sérgio Mano informou que, após parecer favorável à integração das entidades [dando cumprimento ao exposto no ponto 5. do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, retificado pela Lei 63/2023, de 16 de novembro] do ICNF, I.P., e após auscultar o Conselho Estratégico em reunião extraordinária [decorrida aos 12 de julho], foi endereçado convite às novas entidades [APA e APPCE] para integrar a Comissão de Cogestão, solicitando a estas que designem o seu representante [ofício de 23 de agosto de 2024], aguardando-se resposta.

No que respeita à continuidade do apoio técnico e operacional à implementação das atividades consideradas prioritárias no âmbito da promoção da cogestão em áreas protegidas, Sérgio Mano informou que o Município não recebeu qualquer indicação ou comunicado sobre um apoio fi-

nanceiro que permita a continuidade dos trabalhos. Graça Fonseca informou que a Vice-Presidente da CCDR-N, I.P. esteve presente na reunião de outubro da Comissão de Cogestão do Parque Natural do Alvão no decurso da qual a Senhora Ministra do Ambiente e Energia manifestou o empenho em manter o funcionamento das diversas Comissões de Cogestão das AP's nacionais que aderiram ao modelo, não podendo, contudo, precisar os moldes e data de um novo apoio. Jorge Dias referiu que igualmente esteve reunido com a Senhora Ministra do Ambiente e Energia e que todas as AP's em cogestão manifestaram a preocupação e interesse em manter o apoio técnico, tendo a Senhora Ministra consciência dessa necessidade e da consequente abertura de um apoio financeiro com dotação pelo Fundo Ambiental.

Discutindo o Plano Anual de Atividades e Orçamento de 2025, a ser aprovado em fevereiro de 2025, Sérgio Mano sugeriu às diferentes equipas que iniciassem a compilação e definição de projetos a ser incluídos, referindo: “o programa de medidas e ações prioritárias a executar em 2025, assentes no Plano de Cogestão do PNLN, deve constituir uma referência para uma cogestão ativa deste parque natural, onde se refletem as opções estratégicas e se identificam as ações desenvolvidas nos diferentes eixos temáticos.”.

Prosseguindo para o ponto **[Sensibilização/comunicação sobre o capital natural existente na área protegida]** e relativo ao “Repositório de publicações”, Vasco Ferreira referiu que, em articulação com Artur Viana, se entendeu útil alojar no portal cogestao.esposende.pt uma funcionalidade de repositório de publicações [conforme Ata reunião de 30 de julho], referindo que esse serviço se encontra já orçamentado e que Sérgio Mano já autorizou a despesa. Informou ainda que a Divisão de Sistemas e Infraestruturas de Informação da CM Esposende irá avançar com o procedimento de contratação a breve prazo.

Ainda no ponto **[Sensibilização/comunicação sobre o capital natural existente na área protegida]**, Paulo Marques recordou a existência da exposição fotográfica que resultou do concurso de fotografia “Litoral Norte – Um Olhar Natural”, organizado pela Comissão de Cogestão do Parque Natural do Litoral Norte [10 painéis 60\*40 cm], sugerindo que diferentes entidades, iniciando por aquelas representadas na Comissão, acolham temporariamente a exposição; Artur Viana informou que o ICNF/Parque Natural do Litoral Norte, igualmente dispõe de uma exposição (composta por 10 roll-ups), sobre os *habitats*, fauna e flora do Litoral Norte, referindo: “Esta exposição tem por base o novo livro do Parque Natural do Litoral Norte que descreve os *habitats* e principais espécies presentes nesta área protegida. Com edição bilingue (português/inglês) o livro descreve esta faixa costeira como

*uma zona de limites, entre a terra e o mar, águas doces e salgadas, entre as grandes biogeografias atlântica e mediterrânica, o que desafia a fauna e flora extremos de sobrevivência. É um convite a descobrir como a vida selvagem floresceu nestes limites da geografia e da sobrevivência, moldando as paisagens naturais da Costa de Esposende. Está disponível para requisição, podendo ser acompanhada de uma comunicação sobre o Parque Natural do Litoral Norte, dirigida à comunidade; O transporte e montagem dos painéis poderá ser realizada pelo ICNF, em espaço com condições adequadas e com vigilância, e poderá complementar a exposição do concurso fotográfico”. Sérgio Mano questionou Graça Fonseca do interesse da CCDR-N em acolher temporariamente uma ou ambas as exposições referidas; Graça Fonseca manifestou interesse em acolher exposições, solicitando contudo que lhe fossem enviados detalhes técnicos [dimensões exatas, suportes de montagem, transporte], solicitando a Vasco Ferreira o envio dessas especificações [o que se verificou aos 5 de novembro], para que possa dar informação sobre o eventual acolhimento e a data do mesmo; Anabela Almeida recordou algumas das dificuldades encontradas no suporte físico das fotografias premiadas, nomeadamente a ausência de uma estrutura de suporte e a dificuldade de suportar o peso dos painéis com fita adesiva ou similar, discutindo com Carlos Rio e Sofia Duarte soluções alternativas.*

Quanto ao *Workshop* “Estratégia Transnacional de Luta Contra Cortaderia” [decorrido aos 22 de outubro no Centro de Educação Ambiental de Esposende], Carlos Ferreira informou: *“O evento teve como destinatários técnicos e operacionais de diferentes departamentos, nomeadamente Ambiente, Espaços Verdes, Associações Florestais, Gestores de Baldios e outros com interesse na temática, e possibilitou a troca de conhecimentos e experiências no controlo de espécies invasoras, em particular a cortaderia. O Município, aproveitando algumas candidaturas, tem vindo a intervir, ao longo do ano, em diferentes espécies, com especial enfoque na erradicação de pequenos núcleos, e, simultaneamente, tem vindo a desenvolver várias ações de sensibilização e combate com recursos próprios, em articulação com diversas entidades. Refira-se que a cortaderia, planta com um elevado potencial invasor, foi retirada, já há vários anos, dos espaços verdes públicos em Esposende. Ainda este ano, o Município realizou o controlo desta espécie no canal interceptor. Este tipo de ações terá de ter continuidade, a par de uma mais eficaz sensibilização dos privados criando um maior envolvimento da comunidade neste desiderato de combate à cortaderia.*

A sessão terminou com a visita a vários locais intervencionados pelo Município de Espo-  
sende, no âmbito do controlo das espécies invasoras.”.

Prosseguindo para o ponto **[Execução do plano de gestão da área protegida e passos para a sua revisão]** e no referente a projetos em curso ou iniciativas a realizar e realizadas, Sérgio Mano referiu que já se encontra assinado o protocolo com o Fundo Ambiental para a execução do projeto “REDE DE INFRAESTRUTURAS DE VISITAÇÃO DA NATUREZA NO PNLN – APÚLIA” prevista no Eixo A, medida A2, Ação 2.1 – Criação de uma rede de infra-estruturas de visitação da natureza, mas que foi recolhido parecer condicionado do ICNF, I.P., ao projeto apresentado; Artur Viana referiu que as condicionantes são referentes à estrutura superior em cima da duna, considerada como “demasiadamente grande”, sendo necessária a reformulação; Manifestou disponibilidade técnica do ICNF, I.P., para uma reunião de revisão do projeto, com o Município, onde se poderão resolver as questões em apreço e os ajustes ao caderno de encargos; Raquel Leite informou que o referido parecer ainda não foi formalmente rececionado pelo Município, assim como não o foi o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Ainda neste ponto foi discutida a reposição pilaretes / estacionamento indevido no pinhal de Ofir. Sérgio Mano, articulando-se com Jorge Dias, referiu que o levantamento será feito pelo Município [dada a obra inicial ter sido resultante de uma parceria POLIS/CME], de forma a contabilizar quais e quantos pilaretes terão de ser substituídos antes da próxima época balnear.

De seguida, e no respeitante ao passadiço do estuário do Cávado e na necessidade de beneficiação do mesmo, Carlos Rio, referindo-se ao miradouro de avifauna como uma “sala de aulas”, lamentou o elevado estado de degradação do mesmo no último ano, salientando que “faz imensa falta”; Artur Viana referiu que fez uma informação a solicitar uma intervenção [retirada e reposição] pelo ICNF, I.P., que terá sido validada pela Diretora Regional e que, a qualquer momento, a intervenção será realizada, já tendo inclusive sido obtido parecer positivo da APA à intervenção. Sérgio Mano referiu que, à parte de pequenas intervenções no passadiço, que reconheceu como úteis, será importante pensar-se numa substituição completa do mesmo, dada a elevada carga de visitação da infraestrutura; Ana-bela Almeida reconheceu a importância do referido passadiço em termos de visitação e alertou, veementemente, para a necessidade de instalação de casas de banho numa futura reformulação. Essa necessidade foi reforçada e apoiada por Carlos Rio, salientando a

inexistência de apoios sanitários em todo o percurso e imediações; Carlos Rio igualmente alertou para os danos em termos de estrutura e usufruto na visitação, causados por ciclistas, atividade que, considera, deveria ser considerada interdita. Sérgio Mano sugeriu aos presentes a maior atenção e prioridade a possibilidades de candidatura a esta intervenção: **A COMISSÃO DE COGESTÃO DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, CONSIDERAR PRIORITÁRIA A INTERVENÇÃO NO PASSADIÇO DO ESTUÁRIO DO CÁVADO.**

Ainda no ponto **[Execução do plano de cogestão da área protegida e passos para a sua revisão]** e no respeitante a informação do ponto de situação de projetos a decorrer e possibilidade de eventuais candidaturas/ações, Anabela Almeida referiu que está em curso o projeto “Claro como Água”, informando: *“Trata-se de um projeto de Sensibilização para o Consumo de Água da Rede em Esposende, promovido pela Esposende Ambiente, EM e co-financiado pelo Fundo Ambiental. A campanha visa promover o consumo de água da torneira em detrimento do consumo de água engarrafada, contribuindo deste modo para a redução da produção de embalagens de plástico descartável e a mitigação do lixo marinho.”*, destacando em seguida as diversas e variadas ações em curso.

Quanto ao Aviso MAR2030-2024-58 - Apoio à transferência de conhecimentos entre cientistas e pescadores; Vasco Ferreira sugeriu a apresentação de uma candidatura à ação abrangida denominada *“Processos de cogestão, com vista à utilização sustentável e valorização económica dos recursos”* que seria dedicada ao estabelecimento de um processo de cogestão e valorização do ouriço-do-mar (*Paracentrotus lividus*) no Litoral Norte, incluindo: (1) Avaliação de capturas & definição de regras e períodos de captura, conjuntamente com a comunidade apanhadora e entidades gestoras das pescas; (2) Avaliação das populações naturais, ecologia local da espécie, caracterização da gónada e valor nutricional e sustentabilidade da exploração da espécie no Litoral Norte e (3) Promoção e valorização local/nacional do produto. Vasco Ferreira, articulando-se com Raquel Leite, reconheceu que apesar do interesse da temática para apresentação de uma candidatura, o Município de Esposende não poderá ser considerado uma entidade elegível a beneficiar do apoio; Paulo Marques sugeriu então o estabelecimento de uma parceria com o IPCA, entidade elegível para assumir uma eventual candidatura.

Quanto ao Aviso MAR2030-2024-72 - Apoio à Proteção e Restauração da Biodiversidade e dos Ecossistemas Marinhos, Sérgio Mano informou que embora o Município não seja entidade elegível para uma eventual candidatura, pode e deve ser parceiro de um projeto, caso a Universidade do Minho tenha intenção de assumir a candidatura e toda a execução financeira e física. O Município, e uma vez que não é elegível, apenas “*desempenhará um papel de facilitador e parceiro na realização de algumas atividades*”, na eventualidade da Universidade do Minho pretender assumir uma candidatura.

Avançando para o ponto **[Publicitação e divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida]** nenhuma entidade sugeriu comunicações no âmbito da cogestão da AP a efetuar no período 29 de outubro – 26 de novembro.

Em **[Outros assuntos]** Paulo Marques colocou em discussão a presença na zona de Belinho e Mar de estacarias/vedações com “sobras de estores/persianas” ou mesmo “telhas de amianto” como forma de prevenção contra danos que coelhos possam fazer às hortas domésticas, sugerindo que haja alguma intervenção, nomeadamente através de ações de sensibilização e comunicação. Sérgio Mano sugeriu que seja elaborado um registo fotográfico e o envio desse registo às juntas de freguesia de Belinho e Mar ou, alternativamente, um contacto direto com os proprietários. Artur Viana informou que esse contacto direto poderá ser feitos pelos vigilantes da natureza.

Ainda em “outros assuntos”, Vasco Ferreira informou que alunos finalistas do curso Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade da Escola Profissional de Esposende, no âmbito da sua Prova de Aptidão Profissional, estão a desenvolver um projeto dedicado à implementação do Projeto Escola Azul. No contexto desse projeto, planearam a comemoração do Dia Nacional do Mar a realizar-se a 18 de novembro, e convidaram-no a participar nesta celebração para proferir uma palestra que versasse a importância do Mar e a necessidade da sua preservação, tendo acedido ao convite.

Prosseguindo em “outros assuntos” Vasco Ferreira deu conhecimento do Aviso da APA: “Caracterização de manchas de empréstimo na plataforma continental Norte para alimentação artificial de praias (Chimera Norte), alertando que, se identificada uma mancha de empréstimo de sedimento na área, essa se encontrará dentro dos limites revistos [a aguardar publicação] do Parque Marinho do Litoral Norte. Sendo considerada pelo Artigo 38.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2008, que aprova o Plano de Ordenamento do PNLN atividade interdita a “extra-

ção de substratos de fundos marinhos” (alínea b) por integrar áreas prioritárias para a conservação da natureza, sugeriu uma articulação tempestiva com a APA de forma a perceber as intenções previstas.

Continuando, Raquel Leite informou que foi publicado o Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho, para o período de 2024 a 2028.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão de que se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos do Regulamento de Funcionamento desta Comissão. Sérgio Mano deu como concluída a reunião pelas dezasseis horas e quinze minutos, agendando a 35.<sup>a</sup> reunião para dia 26 de novembro, pelas 14:30, na sala de reuniões da CM Esposende.

# LITORAL NORTE